

IMPOSTOS ■ AGRAVADA TRIBUTAÇÃO SOBRE OS TRABALHADORES DEPENDENTES

Subsídios acima de 5,1€ pagam IRS

■ Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas estima que a medida, sobre a ajuda às refeições, renda ao Estado cerca de 60 milhões de euros

● DIANA RAMOS/MIGUELA GANHÃO

O subsídio de refeição, pago pelas entidades patronais aos seus empregados, vai sofrer mais tributação em IRS. Os deputados da maioria (PSD e CDS-PP) vão mais longe do que o Governo e querem que todos os trabalhadores dependentes, que recebam uma ajuda à alimentação superior a 5,124 euros, paguem mais impostos.

No último dia de apresentação de alterações ao Orçamento do Estado para o próximo ano, centristas e sociais-democratas apresentaram, em parceria, um conjunto de iniciativas. Entre elas está a penalização, em sede de IRS, dos subsídios de alimentação que excedam em 20% o limite legal estabelecido.

Este ano, esse limite situava-se nos 6,41 euros, isto é, 50% acima do valor pago na Função Pública (4,27 euros). Na proposta de Orçamento do Governo o objectivo era penalizar todos os subsídios de refeição acima dos 5,55 euros por dia.

Segundo as contas de Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, o Estado deverá arrecadar cerca de 60 milhões de euros com esta medida, já que só cerca de 500 mil pessoas, no total de três milhões de contribuintes, deverão ficar de fora desta tributação.

Recorde-se que, se o trabalhador receber, a título de subsídio de refeição, mais de 5,124 euros diários, o excedente é considerado rendimento que é somado ao salário, e sobre o qual inci-



O subsídio de refeição que ultrapassar os 5,1 euros, por dia, vai pagar mais impostos

de a taxa de IRS, que é cobrada através da retenção na fonte.

Os partidos da maioria justificam esta iniciativa com o argu-

mento que estão a dar "estrito cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português, ao abrigo do Plano de Assistência Económica e Financeira, no que respeita à tributação do rendimen-

to pessoal, bem como restringir as possibilidades de utilização abusiva do subsídio de alimentação como forma de remuneração" outra razão invocada é o combate à fraude e evasão. ■

PSD e CDS dizem que cumprem o plano da troika

✎ PORMENORES

● ALÍVIO AOS TÁXIS

A maioria propôs que a redução de 70%, no ISV, seja aplicada aos veículos que não tenham níveis de emissão de CO2 superiores a 175 g/km (a isenção era de CO2 de 160 g/km).

● DEPUTADOS DA MADEIRA

O PSD e o CDS devem rejeitar a generalidade das propostas de alteração ao Orçamento para 2012, apresentadas em conjunto pelos seus deputados eleitos pela Madeira.

Pensões douradas com corte até 50%

● Os deputados do PSD e CDS avançaram com uma proposta que prevê o corte progressivo das chamadas 'pensões douradas', ou seja, acima dos 5030,64 euros mensais. Nestas situações, a redução será de 10 por cento. Mas, para quem recebe uma pensão de 7545 euros, o corte poderá atingir os 50%. Além disso, uma outra proposta – avançada pela maioria parlamentar – proíbe a acumulação de pensões ou salários, no sector privado, com as subvenções vitalícias. ■